

**Presidente da República**

Dilma Vana Rousseff

**Ministro da Educação**

Aloizio Mercadante

**Universidade Federal do Ceará - UFC**

**Reitor**

Prof. Henry de Holanda Campos

**Vice-Reitor**

Prof. Custódio Luis Silva de Almeida

**Edições UFC**

**Diretor e Editor**

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

**Conselho Editorial**

**Presidente**

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

**Conselheiros**

Profª. Angela Maria R. Mota de Gutiérrez

Prof. Italo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

**Virgínia Bentes Pinto**

**Silvana Aparecida Borseffi Gregório Vidotti**

**Lídia Eugênia Cavalcante**

**(Organizadoras)**

# **Aplicabilidades Metodológicas em Ciência da Informação**



**EDIÇÕES  
UFC**

Fortaleza

2015

## SUMÁRIO

### Aplicabilidades Metodológicas em Ciência da Informação

© 2015 Copyright by Virgínia Bentes Pinto, Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti, Lídia Eugênia Cavalcante (Organizadoras)  
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Obra financiada pela Capes – Projeto Dinter:  
processo nº 480475/2007-5

**Todos os Direitos Reservados**  
Edições UFC

Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará  
CEP: 60020-181 – Tel./Fax: (85) 3366.7766 (Diretoria)  
3366.7499 (Distribuição) 3366.7439 (Livraria)  
Site: [www.editora.ufc.br](http://www.editora.ufc.br) – E-mail: [editora@ufc.br](mailto:editora@ufc.br)

### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Moacir Ribeiro da Silva

### REVISÃO DE TEXTO

Francisca de Sá Benevides

### NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Perpétua Socorro Tavares Guimarães – CRB 3-801/98

### PROGRAMAÇÃO VISUAL, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Valdiano Araújo Macedo

Adilton Lima Ribeiro

### Catálogo na Fonte

*Bibliotecária: Perpétua Socorro T. Guimarães CRB 3-801/98*

Aplicabilidades metodológicas em ciência da informação  
/ Virgínia Bentes Pinto, Silvana Aparecida Borsetti  
Gregório Vidotti, Lídia Eugênia Cavalcante  
[organizadoras]. – Fortaleza: Edições UFC, 2015.

197 p.: il.

ISBN: 978-85-7282-689-1

1. Metodologia da pesquisa em ciência da informação
2. Pesquisa bibliográfica e documentação
3. Método quadrípolar
4. Etnografia I. Pinto, Virgínia Bentes II. Vidotti, Silvana Aparecida Borsetti Gregório III. Cavalcante, Lídia Eugênia IV. Título

CDD: 001.42



Editora Filhada à  
**ABBI**  
Associação Brasileira de  
Editores Universitários

PREFÁCIO .....	7
APRESENTAÇÃO .....	11
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL: O FAZER CIENTÍFICO EM CONSTRUÇÃO <i>Virgínia Bentes Pinto</i> <i>Lídia Eugênia Cavalcante</i> .....	15
MÉTODO QUADRIPOLAR: APLICAÇÃO EM PESQUISAS INFORMACIONAIS E TECNOLÓGICAS <i>Henry Pôncio Cruz de Oliveira</i> <i>Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti</i> .....	35
A ETNOGRAFIA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA A PESQUISA DE REDES SOCIAIS NA INTERNET <i>Jefferson Venas Nunes</i> <i>Oswaldo Francisco de Almeida Júnior</i> .....	49
ANÁLISE DE DOMÍNIO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA EXTRAÇÃO DE INDICADORES COGNITIVO E SOCIAL DE INSTITUCIONALIZAÇÃO CIENTÍFICA <i>Gracy Kelli Martins</i> <i>João Batista Ernesto de Moraes</i> .....	73
MÉTODO DE ANÁLISE DOS COMPORTAMENTOS RELACIONADOS À INTELIGÊNCIA COMPETITIVA ORGANIZACIONAL <i>Thiciane Mary Carvalho Teixeira</i> <i>Marta Lígia Pomim Valentim</i> .....	101
OS PADRÕES DE METADADOS GEOESPACIAIS NA DESCRIÇÃO DE MAPAS DIGITAIS <i>Cely Martins Santos de Alencar</i> <i>Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos</i> .....	119



## METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DE TESAURO NO DOMÍNIO DA ECONOMIA

Helomar Cavati Sobrinho

Mariângela Sporti Lopes Fujita..... 139

## ASPECTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS NA PESQUISA SOBRE ESTUDOS DE USUÁRIOS POR MEIO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Maria de Fátima Oliveira Costa

Oswaldo Francisco de Almeida Junior..... 155

## CONSTRUÇÃO, REPRESENTAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO SOCIAL DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO BRASIL

Gabriela Belmont de Farias

Regina Célia Baptista Belluzzo..... 169

**SOBRE OS AUTORES..... 191**

## PREFÁCIO

Muitas vezes usado de modo pomposo e outras tantas sem maiores cuidados, o termo “pesquisa” guarda segredos que precisam ser descobertos como o interesse desencadeado pelas curiosidades humanas, mas também como se fosse fruto das teimosias infantis de perguntar os “porquês” das coisas.

Seja de que natureza for, uma pesquisa precisará sempre do espírito investigativo e da aventura de trilhar caminhos muitas vezes tortuosos, difusos. Como metáfora de caminho temos a ação do pensar, do olhar, do perceber, do inquirir, do desconfiar, do testar. Tudo isso nos inclina a traçar metas, propósitos, objetivos e métodos e metodologias de ação para possibilitar as descobertas.

É esse o espírito desta obra, e foi observando as inquietações dos seus autores e as aventuras deles para nos mostrarem os segredos dos fenômenos que investigam que eu me entreguei à leitura.

*Aplicabilidades Metodológicas em Ciência da Informação* se configura um labirinto investigativo sobre temas vários. Dar conta deles levou seus artífices a não só se orientarem por outras escritas – salvaguardadas e em movimento em bibliotecas e unidades de informação –, mas também observarem outros modos de caminhar em busca de descobertas. Esse caminhar atento, metodologicamente pensado e metodicamente aferido, leva o leitor a ir se descobrindo também como pesquisador, na medida em que este livro se configura para ele uma fonte de informação a mais para os amantes da pesquisa.

Pesquisa que é tratada ainda como possibilidades, mais do que o equívoco de pensá-la como porto seguro ou resposta cabal. A defesa de uma “pesquisa dinâmica e flexível” dá o tom da presente obra e alerta o leitor para o fato de que a pesquisa se prolonga para além dos pontos finais dos seus relatos. Subjetividade e imponderabilidade também fazem parte do viés investigativo. No artigo “Para além do Iluminismo”, Edgar Morin alerta que é necessário superar o mito da racionalidade e dar à razão a companhia da “complexidade” e das “incertezas”.

Complexos e incertos, o mundo e seus fenômenos estabelecem modos diferenciados de ser e de estar no mundo. Da mesma maneira, indicam caminhos e trilhas próprios ou aproximados para cada investigação. As subjetividades das relações informacionais e comunicacionais – temas pre-

# CONSTRUÇÃO, REPRESENTAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO SOCIAL DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO BRASIL

*Gabriela Belmont de Farias  
Regina Célia Baptista Belluzzo*

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, abordam-se ideias que provêm das teorias da construção social da realidade de Berger e Luckmann, das representações da realidade social de Moscovici e do processualismo ou reconfiguracionismo de Elias. Essas teorias têm como objetivo principal a compreensão da dinâmica da sociedade e suas transformações. Além disso, sustentam a análise e a compreensão das representações sobre Competência em Informação (CoInfo) nos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (Febab).

O contexto social é composto da realidade. Ao ser percebido pela pessoa que molda o conhecimento, nada mais é do que a expressão da relação do pensamento humano e do contexto social no qual este se insere. A realidade é “[...] a qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos independentemente de nossa própria volição e conhecimento da certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas” (BERGER; LUCKMANN 1985, p. 11).

A elaboração social da realidade faz com que a análise

[...] seja tratada não somente da multiplicidade empírica do “conhecimento” nas sociedades humanas, mas também dos processos pelos quais qualquer corpo de “conhecimento” chega a ser socialmente estabelecido como “realidade” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 13-14).

A institucionalização surge com certa comodidade para o estabelecimento de padrões de conduta, pois, para manter o controle social, ela organiza o conhecimento e o ordena em objetos que serão aprendidos como



realidades cotidianas; em seguida, eles serão interiorizados como verdade objetivamente válida no curso da socialização.

Pela institucionalização, o *corpus* de conhecimento estabelecido é transferido para a geração seguinte, aprendido por ela como verdade objetiva, interiorizando-o assim como realidade subjetiva. Sendo assim, a pessoa analisa o seu mundo social pela óptica construída com suporte no próprio mundo.

A existência da instituição baseia-se na constituição do conhecimento, socialmente produzido e objetivado, com referência a tal atividade, e da existência em um mundo social definido e controlado por um corpo de conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 95). Isso reforça o discurso e dá legitimação à realidade social.

Os mecanismos conceituais para manutenção do universo são ideias, instituição, mecanismos, processos, estratégias e planos que trabalham para manter a realidade objetiva e legitimar essa realidade. É mediante a legitimação que os mecanismos conceituais têm base no universo simbólico.

A interiorização consiste na percepção, interpretação, questionamento, conclusão e argumentação de uma circunstância objetivada. É pela interiorização que o universo simbólico, a identidade subjetiva e o acervo social do conhecimento se formam.

Cada pessoa se insere em uma rede de relacionamento humano, em que ocorrem mudanças na estrutura da consciência, dos sentimentos, dos níveis consciente e inconsciente da personalidade, moldados por vários tipos de dependência que há na teia humana de uma forma muito diferente da anteriormente existente. Há também a influência das instituições sob as quais vivem e das funções das quais dependem a vida em sociedade. A pessoa é influenciada e influencia essas estruturas nas quais está inserida, e é nessa ação de ser influenciada e influenciar que ocorre o processo civilizador.

O conhecimento é formado por um conjunto de fatos percebidos e interpretados, os quais são influenciados por elementos culturais, ideológicos e pelo contexto social a que eles pertencem. A intersubjetividade, a temporalidade e as interações sociais, entretanto, estão presentes na vida cotidiana e influenciam na constituição da realidade, na qual as ideias e os hábitos de pensamento são apenas setores.

Para identificar de maneira concreta os fenômenos sociais, é necessário ter como base metodológica a representação social, por constituir um embasamento que permite a análise de como ocorrem o relacionamento e o desenvolvimento social, mediante a compreensão de como o conhe-

cimento é produzido, mas principalmente por analisar seu impacto nas práticas sociais e vice-versa.

A relação entre os fenômenos sociais e a representação social torna-se a base de reflexão deste capítulo, pois permite o questionamento da realidade, busca o novo e, ao fazer isso, recupera um sujeito que, por meio de sua atividade e relação com o objeto-mundo, realiza mudanças tanto para o mundo como a si próprio.

A configuração estabelecida é de investigar as ideias e os pensamentos descritos nos documentos produzidos por grupos institucionalizados, a fim de analisá-los com o pensamento científico. Para tanto, adotaram-se as representações sociais por se compreender que elas são adequadas à compreensão dos documentos analisados em relação ao pensamento estabelecido sobre a CoInfo no contexto brasileiro.

Dessa forma, compreende-se que a representação social é a transposição das ideias de uma coletividade para uma realidade social. Isso depende do quanto e de como as pessoas interagem e se entendem, comunicando suas impressões, perspectivas e interesses, até a formação de uma realidade conjunta.

Logo, as representações influem na autonomia e no condicionamento da cognição da pessoa, por meio de convenções (condicionamentos, experiências) e prescrições (imposições científicas, religiosas, tradições). Elias (1993b) partilha da mesma ideia de Moscovici (2004), de que as civilizações são fragmentadas em hábitos e contextos socioeconômicos mo-dificáveis. Também coexistem e transitam em várias etapas, repetindo-se e inovando de geração em geração.

As representações sociais são produtos criados e transmitidos por pessoas ou grupos que desenvolvem um pensamento alicerçado em seu ambiente, compartilhando e comunicando experiências, os quais adquirem uma identidade própria e transcorre como nova realidade social em representações científicas, religiosas, culturais e profissionais.

Moscovici (2004) elabora mecanismos que familiarizam o não familiar na sociedade. A **ancoragem** é um mecanismo que muda o desconhecido por classificação e nomeação comparadas com uma categoria já conhecida.

A **objetivação** é mais profunda do que a ancoragem, pois examina as etapas entre o ilusório e a realidade, ou seja, desde a concretização de características do pensamento e da fala; é uma caminhada ao visível. É busca, pelo uso frequente, ganhar identidade própria, materializar o abstrato, evidenciar e transformar a imagem do pensamento, do comportamento, do sentimento em realidade.



A Teoria das Representações Sociais (TRS) fundamenta-se propriamente na complexidade das pessoas, das atividades e dos fenômenos desconhecidos, mutáveis e imprevisíveis. Considerando-se esse pressuposto, foi possível observar a convergência de ideias de Moscovici (2004), Berger e Luckmann (1995) e Elias (1993), sendo que a verdade não é absoluta, não é linear, possui ciclos que recuperam as nuances do passado, do presente e das perspectivas do poder vir a ser. Além disso, levando-se em conta o fato de que a CoInfo é uma área que envolve a complexidade das pessoas, atividades e fenômenos que ainda precisam de aprofundamentos e de melhor compreensão, que são altamente mutáveis e imprevisíveis na sociedade contemporânea e, em especial, no ambiente universitário que passa por mudanças em um quadro didático-pedagógico, busca-se contribuir para a construção de base teórica no contexto deste estudo mediante a escolha dos procedimentos metodológicos descritos a seguir.

### PERCEPÇÃO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A investigação realizada se insere no campo da pesquisa de natureza exploratória e qualitativa e das representações sociais, além de possuir uma verificação documental, tendo sido realizada a análise em documentos produzidos por instituições representativas, nacional e internacionalmente.

A investigação teve a análise documental e das representações sociais sobre CoInfo, conforme o Quadro 1, utilizando o método do Discurso do Sujeito Coletivo, com o objetivo de evidenciar o discurso da CoInfo nos documentos oficiais produzidos pelo MEC, Unesco e Febab.

#### Quadro 1 – Relação dos Documentos Analisados

Descrição dos documentos	
MEC	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Parecer CNE/CES 492/2001 – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Biblioteconomia.
Unesco	Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998.
Febab/IBICT/UnB	Declaração de Maceió sobre Competência em Informação.
Febab/IBICT	Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias.
UnB/Unesp	

Fonte: Farias (2014).

O recorte aqui apresentado apoia-se em critérios de seleção de documentos elaborados por instituições brasileiras para que houvesse um entendimento mais aprofundado sobre o seu conteúdo no tocante às relações e inter-relações com a área da CoInfo. O documento da Unesco foi incluído por ser referência na questão das diretrizes da educação superior. Buscou-se, inicialmente, analisar os documentos segundo as dimensões descritas no Quadro 2, para então realizar a análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

#### Quadro 2 – Relação das Dimensões Observadas nos Documentos da Pesquisa

Dimensões observadas	Descrição das dimensões
Contexto	Identificar o contexto histórico no qual o documento foi produzido.
Autoria	Elucidar a identidade do autor, seu interesse e motivos que levaram à produção do documento.
Autenticidade/Confabilidade	Verificar a procedência do documento.
Natureza do texto	Averiguar a tipologia do documento. Exemplo: natureza médica, teológica, jurídica, entre outras.

Fonte: Adaptado de Cellard (2008).

#### Descrição das dimensões documentais da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

O projeto que deu origem à Lei nº 9.394 passou por algumas fases de debates, pois havia duas propostas distintas. A primeira, conhecida como Projeto Jorge Hage, resultou de uma série de debates abertos com a sociedade, organizados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, sendo apresentado na Câmara dos Deputados. A segunda proposta foi elaborada pelos senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Corrêa em articulação com o Poder Executivo por meio do MEC. A proposta dos setores organizados da sociedade civil exprime grande preocupação com mecanismos de controle social do sistema de ensino. A proposta dos senadores previa uma estrutura de poder mais centrada nas mãos do governo. Apesar de conter alguns elementos levantados pelo primeiro grupo, o texto final da LDB se aproxima bem mais das ideias levantadas pelo segundo grupo, que contou com forte apoio do governo FHC nos últimos anos da tramitação.



Esse debate durou oito anos. Observa-se que, nesse período (1988 a 1996), o Brasil estava voltando a uma normalidade institucional, devido ao regime militar, tendo como principal parâmetro de validade as demais espécies normativas à aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente, em 1996. A Lei nº 9.394/96 foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da Educação, Paulo Renato, em 20 de dezembro de 1996. Baseada no princípio do direito universal à educação para todos, a LDB de 1996 trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creche e pré-escola) como primeira etapa da educação básica (BELLO, 2001; VIALOBOS, 1969).

#### **Descrição das dimensões documentais do Parecer CNE/CES nº 492/2001 – Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia**

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia tratam de um parecer que estabelece o perfil dos formandos, competências e habilidades, estágio e atividades complementares, estrutura do curso e avaliação institucional que os cursos devem contemplar na elaboração de seus projetos pedagógicos.

No contexto da Biblioteconomia, os estudos curriculares apresentaram algumas particularidades no que se refere ao histórico e à formulação curricular. Como bem aponta Castro (2002), o ensino da Biblioteconomia no Brasil teve início em 1915, na Biblioteca Nacional, sem qualquer planejamento curricular. O primeiro currículo mínimo obrigatório foi estabelecido pelo Conselho Federal de Educação em 1962, que, apesar de se constituir em um marco significativo para a Biblioteconomia, não chegou a satisfazer aos professores e à classe bibliotecária, uma vez que não correspondia às expectativas relacionadas aos avanços tecnológicos, sociais e educacionais da época. A Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) em 1967, hoje denominada Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin), impulsionou os estudos curriculares em Biblioteconomia por meio de reuniões de professores em áreas específicas, sobretudo nas décadas de 1970 a 1990, com a expansão dos cursos de Biblioteconomia. Desde 2001, a Abecin trabalha na flexibilização curricular, tendo em vista as novas diretrizes curriculares nacionais do Ministério da Educação (BRASIL, 2001), que trouxeram consigo as áreas curriculares assim estabelecidas: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, Organização e Tratamento da Infor-

mação, Recursos e Serviços de Informação, Gestão de Unidades de Informação, Tecnologias de Informação e Pesquisas.

#### **Descrição das dimensões documentais da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998**

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) tem origem ainda no tempo da Liga das Nações, que criou uma comissão, em setembro de 1921, para estudar a questão da educação e cultura. Em 18 de dezembro de 1925, o Bureau Internacional de Educação (IBE) começou a trabalhar como uma organização não governamental a serviço do desenvolvimento educacional internacional. O trabalho dessas organizações, no entanto, foi interrompido com o início da Segunda Guerra Mundial. Em 16 de novembro de 1945, a Unesco estabeleceu como objetivo a contribuição para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações.

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998 passou a existir na Conferência Mundial sobre Educação Superior em Paris, no dia 9 de outubro de 1998. A conferência teve como ponto básico de suas discussões a grande diversificação de cursos no ensino superior, bem como maior consciência sobre a sua importância no desenvolvimento sociocultural e econômico para a construção do futuro. O objetivo da declaração é de prover soluções para esses desafios e de colocar em movimento um processo de profunda reforma no ensino superior mundial. Antes dessa conferência, a Unesco publicou, em 1995, seu Documento de Política para Mudança e Desenvolvimento em Educação Superior. Foram realizadas cinco consultas regionais subsequentemente (Havana, novembro de 1996; Dacar, abril de 1997; Tóquio, julho de 1997; Palermo, setembro de 1997; e Beirute, março de 1998). As declarações e os planos de ação nelas adotados, cada qual preservando suas especificidades, assim como o próprio processo de reflexão desenvolvido em preparação para essa conferência mundial, são levados em conta diligentemente nessa declaração e a ela são anexados (UNESCO, 1998).

#### **Descrição das dimensões documentais da Declaração de Maceió sobre Competência em Informação e do Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias**

Ambos os documentos surgiram por intermédio da Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (Febab), fun-



dada em 26 de julho de 1959, tendo como principal objetivo defender e incentivar o desenvolvimento da profissão. A Febab, com parceria do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), campus de Marília, elaborou estes dois documentos:

– Declaração de Maceió sobre Competência em Informação: que passou a existir no I Seminário sobre Competência em Informação: Cenários e Tendências, evento paralelo ao XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Maceió no dia 9 de agosto de 2011. A declaração é a expressão de um ponto de vista sobre a Competência em Informação no contexto brasileiro.

– Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias: foi organizado no II Seminário sobre Competência em Informação: Cenários e Tendências, evento paralelo ao XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Florianópolis no dia 9 de julho de 2013. O manifesto destina-se a convocar a comunidade biblioteconômica e áreas afins para uma ação efetiva e também responsável a ser empreendida para a consecução da Competência em Informação no contexto brasileiro.

Ao considerar os cinco documentos, verifica-se que a autenticidade e confiabilidade dessas peças são fidedignas, pois os procedimentos para a elaboração de ambas seguiram uma sistemática de cogitações, além de refletirem uma identidade institucional de renome, nacional e internacionalmente respeitada. A natureza desses documentos é: uma lei, um parecer, duas declarações e um manifesto.

A elaboração do DSC, para Lefèvre e Lefèvre (2003), consiste na utilização de procedimentos que auxiliem na análise do discurso para obtenção de um melhor resultado final da pesquisa. Portanto, os autores descrevem as seguintes figuras metodológicas que possuem importante papel na elaboração do discurso coletivo:

1. **Expressões-chave (ECH)** – São pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso que revelam a essência do depoimento ou, mais precisamente, do conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento. Elas são espécies de prova discursivo-em-pírico da verdade das ideias centrais e das ancoragens e vice-versa.
2. **Ideias Centrais (IC)** – É um nome ou expressão linguística que revela e descreve, da maneira mais sintética, precisa e fidedigna-

mente possível, o sentido de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECH, que vai dar nascimento, posteriormente, ao DSC.

3. **Ancoragem (AC)** – É a manifestação linguística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença que o autor do discurso professa e que, na qualidade de afirmação genérica, está sendo usada pelo enunciador para “enquadrar” uma situação específica.
4. **Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)** – É um discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas ECHs que têm a mesma IC ou AC.

Destaca-se o fato de que o sujeito coletivo (na primeira fase, o DSC será concebido pelos documentos analisados) é representado pelo discurso na primeira pessoa do singular “eu”. Ao mesmo tempo que representa um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva, na medida em que esse “eu” fala pela ou em nome de uma coletividade. “Esse discurso coletivo expressa um sujeito coletivo, que viabiliza um pensamento social” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 16), tendo como ênfase o conjunto de individualidades semânticas que compõem o imaginário social.

O DSC consiste na análise do(s) discurso(s) e na identificação de uma expressão que revele a essência do sentido da resposta, tendo como finalidade o discurso como representação do conhecimento individual, a fim de reconstruir uma representação social sobre um fenômeno. Para Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 19), “a estratégia metodológica utilizada no DSC visa tornar mais clara uma dada representação social, bem como o conjunto das representações que conforma um dado imaginário”.

Vale lembrar que a escolha dessa técnica não se contrapõe à escolha do material (os documentos citados como referenciais de análise). Ao considerar o discurso como exposição (oral ou escrita) metódica de certo assunto que, por meio da linguagem, influencia o raciocínio e os sentimentos do ouvinte ou leitor, é possível utilizar essa técnica proposta por Lefèvre e Lefèvre (2000, 2003, 2005, 2006), pois ela aparece como alternativa de enfrentamento dos problemas relativos à análise de *corpus* qualitativo. Essa técnica busca responder à expressão do pensamento ou da opinião coletiva, respeitando a sua dupla condição, qualitativa e quantitativa.

O *corpus* selecionado para análise da segunda etapa da pesquisa foi construído pelos cinco documentos mencionados anteriormente. Eles representam um pensamento coletivo que emite um direcionamento de condutas na área educacional e em ambientes informacionais. A análise desses



documentos teve como instrumento norteador um roteiro composto com três temas (Quadro 3).

**Quadro 3 – Roteiro de Temas Norteador da Análise dos Documentos**

Temas de discussão	Objetivos
Desafios do desenvolvimento da Competência em Informação	Analisar os principais desafios a serem vencidos pelo ambiente educacional (ensino superior) em relação ao desenvolvimento da Competência em Informação.
Expectativa para o ensino superior	Identificar as possibilidades de incorporar a Competência em Informação no ensino-aprendizagem nos cursos de Biblioteconomia.
Criatividade e competência	Investigar a inter-relação da criatividade e das competências e sua contribuição para o desenvolvimento da Competência em Informação nos cursos de Biblioteconomia.

Fonte: Farias (2014).

A seguir temos a apresentação, análise e discussão dos resultados encontrados nas ideias centrais e as ancoragens associadas aos temas analisados nos documentos selecionados para a pesquisa. A ancoragem, nesta pesquisa, foi adequada, ficando entendida como um viés cognitivo no qual verificamos a utilização da ideologia dos documentos no conteúdo do referencial teórico conceitual desta pesquisa.

**Quadro 4 – Desafios do Desenvolvimento da Competência em Informação**

Documentos: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Parecer CNE/CES 492/2001 – Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998. Declaração de Maceió sobre Competência em Informação. Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias.	<b>Ideias centrais</b>
Educação. Ensino. Aprendizagem. Práticas educacionais. Políticas, planos e diretrizes educacionais. Concepções pedagógicas. Pluralismo. Processo formativo. Atuação ativa. Experiência extraclasses. Atividade de extensão. Formação contínua. Prática social. Cidadania. Valores. Desenvolvimento social e sustentável. Pensamento reflexivo. Ideias. Refletir criticamente. Espírito científico. Comunicar o saber.	

Fonte: Farias (2014).

Os esforços observados para o desenvolvimento da CoInfo para o ensino superior, especificamente os cursos de Biblioteconomia, são complexos e provocativos, pois requerem uma postura firme da comunidade acadêmica, principalmente dos gestores educacionais e docentes, para a

realização das mudanças profundas no ensino-aprendizagem e nas práticas pedagógicas que privilegiavam essa competência, o que permite que deixe de ser um elemento invisível, segundo Badke (2010), por consequência da falsa suposição de que a capacidade tecnológica é o mesmo que CoInfo e a percepção limitada dessa competência. Significa, então, superar os desafios apontados por Gasque (2012) em relação à cultura pedagógica, organização do currículo e concepção do processo ensino-aprendizagem. Além disso, é necessário que haja uma política e um plano educacional com fundamentos da CoInfo para aprendizagem permanente [JESÚS LAU (2007); CAVALCANTE (2006); DUDZIAK (2002a, 2005); MATA (2010); COONAN (2011); URIBE-TIRADO (2010, 2012)].

O contexto social contemporâneo requer atitude docente que estimule o desenvolvimento da competência em informação, da criatividade, do pensamento reflexivo e crítico, além de relacionar o conhecimento prévio com o novo conhecimento, reconhecendo o conhecimento de várias posições, opiniões ou pensamentos. O artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional descreve a finalidade da educação superior:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- [...]
- [...]
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (BRASIL, 1996).

Ao instigar o pensamento reflexivo, trabalha-se com a capacidade de compreensão do aluno em relação à consciência do seu papel de cidadão que se reflete sobre suas ações relacionadas às práticas sociais e de sustentabilidade



da sociedade. Para que, entretanto, o alunado dos cursos de Biblioteconomia no contexto brasileiro desenvolva o pensamento reflexivo, crítico e criativo, é necessária a mobilização de recursos cognitivos atrelados ao conjunto de habilidades informacionais descritas no padrão e nos indicadores de desempenho de Competência em Informação da ACRL (2000). Esses padrões e indicadores, como conceitos, poderão ser trabalhados no processo formativo e mediante atividade extraclasses e de extensão, utilizando a metodologia da aprendizagem significativa e, como habilidades, poderão ser trabalhadas com embasamento da aprendizagem por competência, estimulando o conhecimento dos problemas local e global da sociedade e as soluções resultantes da criação cultural, científica e tecnológica.

A formação do bibliotecário, segundo as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia (BRASIL, 2001), prevê a concepção de profissionais com habilidade e domínio dos conteúdos da Biblioteconomia para agir de forma reflexiva e crítica, produzindo e difundindo conhecimento de modo ético e criativo, além de

Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; [...] Recomenda-se que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens. [...] (BRASIL, 2001).

Para tanto, é urgente que os cursos de Biblioteconomia insistam a filosofia da Competência em Informação no currículo do curso, em consonância com a instituição a que pertence, podendo ser como uma disciplina e/ou como conteúdo transversal das disciplinas já estabelecidas. Ao se consolidar a Competência em Informação, ensinar-se-á um ensino de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o beneficiamento da sociedade (UNESCO, 1998), e, assim, formar bibliotecários altamente qualificados e cidadãos responsáveis, capazes de atender às necessidades informacionais em todos os aspectos da atividade humana, correspondendo, portanto, às aspirações de Zabala e Arnau (2010), Bessa (2008), Pelizzari (2002), Kubo e Bortome (2001), Moreira e Masini (2001), Perrenoud (1999), Delors (1998), Belluzzo (2001) e outros.

### Quadro 5 – Expectativa para o Ensino Superior

Documentos: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Parecer CNE/CES 492/2001 – Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998. Declaração de Maceió sobre Competência em Informação. Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias.
<b>Idéias centrais</b>
Aspectos didático-pedagógicos. Critérios de avaliação. Perspectiva humanística. Políticas públicas. Projetos pedagógicos. Institucionalização. Problemas da prática profissional. Interação aluno com o mundo. Insuficiência no acesso, uso e avaliação da informação. Competência em Informação. Transversalidade. Desenvolver e utilizar novas tecnologias. Ética. Padrões éticos. Mudança de comportamento. Trabalhar de forma cooperativa.

Fonte: Farias (2014).

As possibilidades de incorporar a ColInfo no ensino superior iniciam-se na constituição de ações voltadas para a institucionalização de programas, práticas pedagógicas, políticas e diretrizes de desenvolvimento da Competência em Informação, considerando-a um “direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu próprio ser, sendo essencial à sua sobrevivência. [...]” (FEBAB, 2013). O Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias ressalta que é responsabilidade dos profissionais bibliotecários, docentes, instituições públicas empreender ações para a consecução desse direito, permitindo o desenvolvimento social, cultural e econômico, além do exercício pleno da cidadania (FEBAB, 2013).

O grau de envolvimento e integração das instituições com o desenvolvimento da Competência em Informação enseja indicadores que, segundo Uribe-Tirado (2011), classificam a universidade em relação ao comprometimento com a filosofia da Competência em Informação, sendo as instituições classificadas em: comprometidas, em crescimento, iniciando e desconhecedor. Esses indicadores podem provocar uma disputa saudável entre instituições, pois se entende que quanto maior for o empenho da instituição, a formação dos alunos que a elas pertencem terá comprometimento no desenvolvimento da Competência em Informação.

A aplicação da filosofia da Competência em Informação poderá ser alcançada por meio

[...] da reforma de currículos, com a utilização de novos e apropriados métodos que permitam ir além do domínio cognitivo das disciplinas. Novas aproximações didáticas e pedagógicas devem ser acessíveis e promovidas a fim de facilitar a aquisição de conhecimentos práticos,



competências e habilidades para a comunicação, análise criativa e crítica, a reflexão independente e o trabalho em equipe em contextos multiculturais, onde a criatividade também envolva a combinação entre o saber tradicional ou local e o conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia [...] (UNESCO, 1998).

Deve ser estabelecida uma atitude clara do docente em relação à posição no processo ensino-aprendizagem, em que ele deverá ensinar os alunos a aprender e a tomar iniciativas, em vez de serem unicamente fontes de conhecimento. A filosofia da Competência em Informação preconiza a autonomia do aluno, fazendo com que ele seja o “[...] centro das preocupações, devendo considerá-los como os parceiros e protagonistas essenciais responsáveis pela renovação da educação superior [...]” (UNESCO, 1998).

As tecnologias inovativas oferecem oportunidades de implantar a filosofia da Competência em Informação no conteúdo dos cursos de Biblioteconomia e de renovar os métodos de ensino. Assim,

[...] Não se pode esquecer, porém, que novas tecnologias e informações não tornam os docentes dispensáveis, mas modificam o papel destes em relação ao processo de aprendizagem, e que o diálogo permanente que transforma a informação em conhecimento e compreensão passa a ser fundamental. [...] (UNESCO, 1998).

É necessário, porém, adaptar essas tecnologias às necessidades locais, para que a usabilidade desse meio seja sustentável e apropriada ao desenvolvimento da Competência em Informação. Outro elemento a ser constituído são as parcerias, no intuito de construir redes de colaboração e transferência de tecnologia, de materiais pedagógicos, e troca de experiências no ensino, tornando o conhecimento acessível a todos que participam da rede. No entanto, isso requer mudanças de atitude. A Declaração de Maceió sobre Competência em Informação destaca alguns pontos para reflexão nos cursos de Biblioteconomia:

[...] estão proclamando a fomentar a melhoria dos níveis educacionais de toda a população, mediante formação para o desenvolvimento humano e profissional, atividades de promoção da leitura, para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida.

[...] devem estabelecer parcerias para ações estratégicas e políticas públicas envolvendo o sistema de educação obrigatória. [...]

As escolas de formação em Biblioteconomia e Ciência da Informa-

ção deverão integrar conteúdos relativos à Competência em Informação nos seus projetos político-pedagógicos.

[...] prioridade à oferta de atividades de formação contínua, incluindo desafios decorrentes da necessidade da Competência em Informação, a fim de propiciar atualização de acordo com as tendências contemporâneas.

[...] interessados no fomento e promoção da Competência em Informação deverão estabelecer relações locais, regionais, nacionais e internacionais, para a coordenação e desenvolvimento de ações conjuntas (FEBAB, 2011).

O desenvolvimento dessa competência requer parcerias e alianças entre as partes envolvidas – pessoas que definem políticas nacionais e institucionais, docentes, pesquisadores e alunos, pessoal administrativo e técnico em instituições de educação superior, o mundo do trabalho e a comunidade. As organizações não governamentais também são agentes fundamentais no processo de ensino-aprendizagem com base no desenvolvimento da Competência em Informação (UNESCO, 1998).

Os benefícios gerados pela filosofia da Competência em Informação estão relacionados à formação de bibliotecários aptos a exercer sua profissão, comprometidos com questões que envolvem a informação, ressaltando o seu acesso e uso de forma ética e também legal para o benefício próprio e da sociedade. O desafio está em minimizar as lacunas relacionadas ao desnível dessa competência em alunos que ingressam em curso superior, citando uma atmosfera de estímulo, motivação e confiança.

#### **Quadro 6 – Inter-relação da Criatividade e Competência para o Desenvolvimento da Competência em Informação**

Documentos: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Parecer CNE/CES 492/2001 – Diretrizes Curriculares para os Cursos de Biblioteconomia. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998. Declaração de Maceió sobre Competência em Informação. Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Míseras.

##### **Ideias centrais**

Desenvolvimento de competência e habilidades. Proficiência. Criatividade. Domínio dos conteúdos. Habilidades em gerar produtos. Formular, coordenar, executar e avaliar políticas, planos, programas e projetos. Desenvolvimento social, cultural e econômico.

Fonte: Farias (2014).

A inter-relação da criatividade com o ensino por competência e a Competência em Informação é determinante para o sucesso de pessoa e



para o desenvolvimento social, cultural e econômico de um país. Trabalhar com essa inter-relação requer uma mobilização de conhecimentos procedimentais, atitudinais e conceituais.

As expectativas foram lançadas, cabendo aos docentes desenvolverem uma atitude proativa no que diz respeito a sua responsabilidade de educar pessoas cada vez mais complexas em seu pensar e agir. Aos docentes e pesquisadores da área da Ciência da Informação cabe

[...] promover, gerar e difundir conhecimentos por meio da pesquisa e, como parte de sua atividade de extensão à comunidade, oferecer assessorias relevantes para ajudar as sociedades em seu desenvolvimento cultural, social e econômico, promovendo e desenvolvendo a pesquisa científica e tecnológica, assim como os estudos acadêmicos nas ciências sociais e humanas, e a atividade criativa nas artes; [...] (UNESCO, 1998).

O desenvolvimento e a melhoria da formação bibliotecnômica e, conseqüentemente, a melhoria da educação em todos os níveis dependem unicamente da promoção do conhecimento da área por meio da pesquisa e extensão. A inovação<sup>25</sup>, a interdisciplinaridade<sup>26</sup> e a transdisciplinaridade devem ser fomentadas e reforçadas nos programas de desenvolvimento da Competência em Informação e implementadas em todas as disciplinas.

Ao realizar as análises das ideias centrais e ancoragem dos documentos produzidos pelo MEC, pela Unesco e Febab, com a utilização do roteiro de temas, foi possível compor o DSC, que aqui se denomina Discurso da Competência em Informação na Formação Bibliotecnômica. Para que se chegasse, no entanto, a esse discurso-síntese da representação coletiva sobre a Competência em Informação, efetuou-se uma análise conforme a técnica do DSC para a elaboração de um só discurso.

Buscou-se perceber as representações sobre o desenvolvimento da Competência em Informação, a expectativa de incorporação dessa competência no ensino superior e a inter-relação de criatividade com a aprendizagem significativa e por competência. O discurso ministrado, a seguir, representa a totalidade das representações encontradas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no

<sup>25</sup> Inovação significa novidade ou renovação. A palavra se refere a uma ideia, método ou objeto que é criado e que pouco se parece com padrões anteriores.

<sup>26</sup> Interdisciplinaridade é um substantivo que estabelece relações comuns a duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento. É a ligação entre as disciplinas.

Parecer CNE/CES nº 492/2001 – Diretrizes Curriculares para os Cursos de Bibliotecnômica, na Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998, na Declaração de Maceió sobre Competência em Informação e no Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias.

Em suma, o discurso representa a construção da totalidade da singularidade dos documentos analisados.

#### **Discurso da Competência em Informação na Formação Bibliotecnômica**

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. [...] além de estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tendo como princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; [...] valorização do profissional da educação [...] garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extracurricular; e vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. A educação superior tem por finalidade: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura; e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estru-



tura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. [...]

[...] A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de prepará-los para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados [...]

Dentre as competências e habilidades dos graduados em Biblioteconomia enumeram-se as típicas desse nível de formação. As habilidades gerais são: gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; formular e executar políticas institucionais; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; utilizar racionalmente os recursos disponíveis; desenvolver e utilizar novas tecnologias; traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; [...] responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo. As habilidades específicas são: interagir e agregar valores nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente; [...] Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação; [...] Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza; [...] Recomendar-se que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens. [...]

Deverá contemplar mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho [...]. Constituir instrumentos privilegiados para assessorar desempenho e conteúdo de forma sistemática e permanente. [...] além de criar critérios para a avaliação periódica, que inclua aspectos técnico-científicos, didático-pedagógicos e atitudinais.

[...] Em decorrência às exigências de uma sociedade complexa, é necessária a formação para o desenvolvimento da Competência

em Informação que atenda as demandas da sociedade. [...] de forma a considerar o fomento e a melhoria dos níveis educacionais [...] mediante formação para o desenvolvimento humano e profissional [...] para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida.

É preciso estabelecer parcerias para ações estratégicas e políticas públicas envolvendo o sistema de educação obrigatória. Os cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação deverão integrar conteúdos relativos à Competência em Informação nos seus projetos político-pedagógicos. Além de oferecer atividades de formação contínua, incluindo desafios decorrentes da necessidade da Competência em Informação. [...] Estabelecer relações locais, regionais, nacionais e internacionais, para a coordenação e desenvolvimento de ações conjuntas.

A Competência em Informação é um fator crítico e condicionante ao desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil [...] devendo ser compreendida como um direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu próprio ser, sendo essencial à sua sobrevivência. [...] Para tanto é necessário empreender ações para a consecução desses direitos no que tange à informação e conhecimento, são elas: [...] sensibilização e conscientização dos pares para a importância da Competência em Informação; inserção do desenvolvimento da Competência em Informação em sua formação de forma transversal e institucionalizada. [...] Promoção da diversidade de conteúdos ideológicos visando a propiciar a Competência em Informação nos cidadãos (análise e crítica). [...] Elaboração e cumprimento de políticas públicas voltadas à Competência em Informação; valorização do professor [...] e da área de educação [...] Criação de legislação específica [...] que permitam o desenvolvimento da Competência em Informação. [...] Efetuar parcerias e trabalhar de forma cooperativa com as instituições representativas das comunidades locais; promover ações para a mudança de políticas institucionais. Fomentar o senso crítico com a modificação da lógica dos processos de educação/capacitação nas unidades de informação; adotar uma postura pró-ativa [...] Capacitar docentes [...] para desenvolverem a Competência em Informação.

## CONCLUSÃO

Ao analisar o DSC constituído, foi possível observar que a educação é um dever da família e do Estado, além de ser um processo formativo abrangente vinculado ao mercado de trabalho e à prática social e, por essas



características, deve estar em perfeita articulação com a área de Competência em Informação.

O ensino superior tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. No que diz respeito à formação do bibliotecário, os cursos deverão desenvolver tanto as competências, habilidades e o domínio técnico quanto preparar os discentes para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, conforme recomendado nos documentos analisados. Para corresponder a uma sociedade complexa, entretanto, é necessária a institucionalização das ações voltadas à formação para o desenvolvimento da Competência em Informação, a fim de atender às demandas sociais em curso e à sua complexidade. Ela deve ser compreendida como um direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu ser, sendo essencial à sua sobrevivência. Em decorrência, é recomendável que se possa contar e recorrer com o apoio de uma modelagem pedagógica que traga os subsídios necessários a essa consecução, sendo este um dos desafios contemporâneos do contexto brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES – ACRL. *Information literacy competency for higher education*. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/standards/informationliteracycompetencystandards.cfm>>. Acesso em: 6 ago. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Information literacy competency standards for higher education*. Chicago, ACRL/ALA, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/acrl/acrstandards/standards.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2013.
- BADKE, W. Why information literacy is invisible. *Communications in Information Literacy*, v. 4, n. 2, p. 129-141, 2010.
- BESSA, V. H. *Teorias da aprendizagem*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.
- BELLUZZO, R. C. B. A information literacy como competência necessária à fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 7, 2001, Bauri. *Anais...* 2001, v. 8, p. 32-42.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRASIL. Leis e Decretos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, *Diário Oficial*, 23 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia*, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- CAVALCANTE, L. E. Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, Nova Série, v. 2, n. 2, p. 47-62, dez. 2006.
- COONAN, E. *A new curriculum for information literacy*. Theoretical background – Teaching learning: perceptions of information literacy. Arcadia Project, Cambridge University Library, 2011.
- DECLARAÇÃO de Maceió sobre a Competência Informacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011. Maceió: FEBAB, 2011. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/Declaracao%20de%20Maceio%20sobre%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- DELORS, J. (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC; Unesco, 1998.
- DUDZIAK, E. A. Competência em Informação melhores práticas educacionais voltadas para a informação literacy. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21. *Anais...* 2005, Curitiba, CBBD, Curitiba: FEBAB, 2005, p. 1-15.
- \_\_\_\_\_. Information Literacy uma revolução silenciosa: diferentes concepções para a Competência em Informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 20, 2002a, Fortaleza, CBBD 2002. *Anais...* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993a. v. 1.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993b. v. 2.
- FEBAB. Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013. Florianópolis: FEBAB, 2013.
- GASQUE, K. C. G. D. *Arabouço do letramento informacional e contexto educacional*. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação/Universidade de Brasília, 2012.
- LAU, J. *Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente*. 2007. Disponível em: <[http://www.febab.org.br/jesus\\_lau\\_trad\\_livro\\_comp\\_v\\_f.doc](http://www.febab.org.br/jesus_lau_trad_livro_comp_v_f.doc)>. Acesso em: 14 nov. 2008.



KUBO, O. M.; BOTOMÉ, S. P. Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. *Interação em Psicologia (Qualis/CAPES: A2)*, [S. l.], v. 5, dez. 2001. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/view/3321>>. Acesso em: 2 set. 2013.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: Educs, 2003.

\_\_\_\_\_. *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa*. Caxias do Sul: Educs, 2000.

\_\_\_\_\_. *Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social*. Brasília: Liber Livro, 2005.

\_\_\_\_\_. O sujeito coletivo que fala. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação*, v. 10, n. 20, 517-524, 2006.

MATA, M. L.; CASARIN, H. C. S. A formação do bibliotecário e a competência informacional: um olhar através das competências. In: VALENTIM, Marta (Org.). *Gestão, mediação e uso da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 301-318.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. *Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Centauro, 2001.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PELIZZARI, A. *et al.* Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. *Revista PEG*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 37-42, jul. 2001 – jul. 2002.

PERRENOUD, P. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação*. 1998.

URIBE-TIRADO, A. La Alfabetización Informacional en la Universidad. Descripción y Categorización según los Niveles de Integración de ALFIN. Caso Universidad de Antioquia. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, v. 33, n. 1, 2010, p. 31-83. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/14231/>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. La alfabetización informacional en las universidades cubanas y la visualización de los niveles de incorporación a partir de la información publicada en los sitios Web de sus bibliotecas. *ACIMED*, v. 22, n. 4, 2011. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16457/>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. La alfabetización informacional en las bibliotecas universitarias de Brasil: visualización de los niveles de incorporación desde la información publicada en sus sitios Web. *Perspectivas em Ciência da Informação*, n. 17, v. 1, 2012, p. 134-152. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16768/>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

## SOBRE OS AUTORES

### Cely Martins Santos de Alencar

Doutora em Ciência da Informação pela Unesp (2014), mestra em Engenharia de Transportes pela USP (1999) e graduada em Engenharia Civil pela UFC (1997). Atua como professora adjunta e pesquisadora na Universidade Federal do Cariri nas áreas das tecnologias BIM (Building Information Modeling) e Geotecnologias e metadados aplicados aos bancos de dados geográficos. Atualmente desenvolve pesquisa com metadados para infraestrutura nacional de dados espaciais.

### Gabriela Belmont de Farias

Doutora em Ciência da Informação pela Unesp (2014), mestra em Ciência da Informação pela UFSC (2007) e graduada em Biblioteconomia e Documentação pela UFRN (2003). Atua como professora adjunta do Departamento de Ciências da Informação da UFC. Líder do Grupo de Pesquisa Competência e Mediação nos Ambientes de Informação/UFC, com ênfase em Gestão e Fluxo de Informação, Competência em Informação, Recursos e Serviços de Informação.

### Gracy Kelli Martins

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp-Marília), mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPB). Ex-coordenadora do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará. *Campus* Cariri. Atualmente é professora adjunta no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri e atua nas áreas de Organização e Representação da Informação/Conhecimento, Fundamentos Teóricos e Memória em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Coordenadora de Informação e Avaliação Institucional (Cinai) e coautora do Programa de Educação Tutorial (PET) de Biblioteconomia na mesma universidade.

### Jefferson Veras Nunes

Doutor em Ciência da Informação pela Unesp (2014), mestre em Sociologia pela UFC (2010) e graduado em Biblioteconomia pela UFC (2007).



Atua como professor adjunto do Departamento de Ciências da Informação da UFC. Possui experiência na área de Ciência da Informação, principalmente nos seguintes temas: Estudos de Mídia, Culturas Juvenis, Processos Comunicacionais e Práticas Informacionais.

#### **Helionar Cavati Sobrinho**

Doutor em Ciência da Informação pela Unesp (2014), mestre em Ciência da Informação pela PUC de Campinas (2005) e graduado em Biblioteconomia pela UFES (1997). Atua como professor adjunto do Departamento de Ciências da Informação da UFC. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização e Representação da Informação, Linguagem Documentária e Classificação.

#### **Henry Pôncio Cruz de Oliveira**

Doutor em Ciência da Informação pela Unesp (2014), mestre em Ciência da Informação pela UFPB (2010) e graduado em Física pela UFPB (2007). Atua como professor adjunto no Departamento de Ciência da Informação da UFPB. Coordenador do Portal de Periódicos da UFPB. Pesquisador em temáticas relacionadas a Informação, Memória e Tecnologias, com especial ênfase em Arquitetura da Informação Pervasiva, Arquitetura de Livros Eletrônicos, Memória e Preservação em Ecologias Informacionais Complexas.

#### **João Batista Ernesto de Moraes**

Doutor em Estudos Literários pela Unesp (1999), mestre em Letras pela Unesp (1990) e graduado em Letras pela Unesp (1984). Livre-docente em Linguística e Documentação. Professor adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências (Unesp/Marília). Possui experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Organização da Informação, Análise Documental, Semântica Discursiva e Análise do Discurso. É parecerista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Capes e do CNPq.

#### **Lídia Engênia Cavalcante**

Pós-doutora em Ciência da Informação pela Université de Montréal (2007), doutora em Educação pela UFC (2003), mestrado em História Social pela UFRJ (2000) e especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem (1994). Possui graduação em Biblioteconomia pela UFC (1992). Atua como professora associada do Departamento de Ciências da Informação

da UFC. Possui experiência na área de Ciência da Informação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Mediação da Informação, Tecnologia Social e Desenvolvimento Local, Memória Social e Patrimônio, Gestão da Informação, Competência em Informação, Aprendizagem Colaborativa e Educação a Distância, Gestão do Conhecimento e Inovação Social.

#### **Mariângela Sporti Lopes Fujita**

Doutora em Ciências da Comunicação pela USP (1992) e livre-docente em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas pela Unesp (2003). Professora titular do Departamento de Ciência da Informação da Unesp na linha de pesquisa Produção e Organização da Informação, com enfoque na Indexação e Linguagens de Indexação, e docente da Pós-Graduação em Ciência da Informação na linha de pesquisa Produção e Organização da Informação da Unesp. Como pesquisadora, atua nos grupos de pesquisa Análise Documentária (líder desde 1993), Tema (membro desde 1993) e Organização do Conhecimento para Recuperação da Informação (membro desde 2006). Pesquisadora de produtividade do CNPq nível 1 C. É autora do livro *PRECIS na Língua Portuguesa*: teoria e prática de indexação. Atualmente é pró-reitora de Extensão Universitária da Unesp, assessora do Comitê de Área de Comunicação, Artes e Ciência da Informação do CNPq, membro da International Society of Knowledge Organization (ISKO) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib). É parecerista *ad hoc* de agências de fomento e participa como revisora e membro de comitês científicos de periódicos científicos em Ciência da Informação no Brasil e no exterior.

#### **Maria de Fátima Oliveira Costa**

Doutora em Ciência da Informação pela Unesp (2014), mestrado em Ciência da Informação pela UFPB (1983), especialista em Tecnologias da Inf. Aplic. ao Gerenciamento da Inf. pela UFC (2000) e graduada em Biblioteconomia pela UFC (1973). Professora associada da UFC, coordena o projeto de pesquisa na área de Estudos de Usuários da Informação. Membro dos grupos de pesquisa Gestão da Informação e Sociedade e Mediação em Ambientes de Informação. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Informação e Sociedade, atuando em ambientes informacionais, principalmente nos seguintes temas: Estudos de Usuários, Usuários da Informação, Pesquisa, Informação, Ensino da Biblioteconomia, Bibliotecas Escolares, Bibliotecas Públicas e Comunitárias, além de Bibliotecas Universitárias, Competência e Mediação em Informação.



**Marta Lígia Pomim Valentim**

Pós-Doutora pela Universidad de Salamanca, Espanha (2011-2012), doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP (2001) e mestra pela PUC-Campinas (1995). Livre-docente em Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional pela Unesp e docente de graduação e pós-graduação da Unesp. Pesquisadora de produtividade do (PQ) do CNPq na área de Inteligência Competitiva Organizacional, Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento e Cultura Informacional, Líder do Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional. Coordena o projeto de pesquisa Percepções do Valor da Informação: a Importância da Gestão da Informação e do Conhecimento em Ambientes Empresariais. Organizadora e autora de vários livros na área.

**Oswaldo Francisco de Almeida Júnior**

Doutor em Ciências da Comunicação pela USP (1999), mestre em Ciências da Comunicação pela USP (1992) e graduado em Biblioteconomia e Documentação pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1974). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual de Londrina e professor titular do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Unesp-Marília. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Informação e Sociedade; atuando, principalmente, nos seguintes temas: Informação e Sociedade; Mediação da Informação, Serviço de Referência e Informação, Bibliotecas Públicas e Biblioteconomia. Mantenedor do site Infohome ([www.ofaj.com.br](http://www.ofaj.com.br)). Presidente (Gestão 2014-2016) da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin).

**Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos**

Doutora em Semiótica e Linguística Geral pela FFLCH/USP (1994), mestra em Ciência da Informação pela PUC de Campinas (1983) e graduada em Biblioteconomia pela Unesp (1980). Livre-docente em Catalogação pela Unesp (2010) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da FFC/Unesp, na linha de pesquisa Informação e Tecnologia. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias em Informação (GP-NTI), atuando nos seguintes temas: Metadados, Catalogação e Tecnologias, Interesse Digital, Redes de Informação, Mapa do Conhecimento Humano. Pesquisadora CNPq, coordenadora do GT8 – Informação e Tecnologia, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib). Editora da revista In-

formação & Tecnologia (Itec), membro do corpo editorial das revistas Brazilian Journal of Information Science: research trends e Revista Eletrônica Informação e Cognition. Parecerista *ad hoc* de agências de fomento e de periódicos científicos, participa como revisora e como membro de comitês científicos de periódicos científicos em Ciência da Informação no Brasil e no exterior. Membro da Ancib e da Diretoria da Sociedade Brasileira de Ciência Cognitiva (SBCC).

**Regina Célia Baptista Belluzzo**

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1995), mestra em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1989) e graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos (1966) e em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos (1972). Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp-Marília, integrante da Linha de Pesquisa Gestão, Mediação e Uso da Informação, da Linha de Pesquisa Gestão da Informação e Comunicação para Televisão Digital e do Programa de Pós-Graduação em TV Digital: Informação e Conhecimento (Unesp-Bauru). Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Gestão da Qualidade em Sistemas de Informação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Competência em Informação, Bibliotecas Universitárias, Gestão da Informação, Sociedade do Conhecimento.

**Silvana Aparecida Borsetti Gregório Vidotti**

Doutora em Educação pela Unesp (2001), mestra em Ciências da Comunicação e Matemática Computacional pela USP (1993), licenciada em Matemática pela Unesp (1986) e especialista em Ciência da Computação pela USP (1987). Professora assistente em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa da Unesp, no Departamento de Ciência da Informação. Docente dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia e dos cursos de mestrado acadêmico e doutorado em Ciência da Informação da Unesp. Assessora da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Unesp (PROPG, início em 2013). Membro titular do Conselho Editorial de Periódicos da Unesp (CEPC) e do Conselho de Gestão Científica do Núcleo de Computação Científica da Unesp (GridUnesp). Coordenadora do Laboratório de Desenvolvimento e Aplicação de Multimídia da FFC-Unesp. Membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib). Líder do Grupo de Pesquisa Novas Tecno-



logias em Informação. Parecerista *ad hoc* de agências de fomento nacionais. Parecerista e membro de comitês científicos de periódicos científicos. Coordenadora do Projeto de Extensão Universitária: Inclusão Digital de Alunos da Unari-Marília. Pesquisadora da área de Ciência da Informação, com ênfase em Tecnologias de Informação e Comunicação e em Arquitetura da Informação Digital. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, nível 2, no projeto de pesquisa Arquitetura da Informação e Usabilidade Digital: um Estudo da Contribuição Teórica e Metodológica no Contexto da Ciência da Informação.

#### **Thiciane Mary Carvalho Teixeira**

Doutora em Ciência da Informação pela Unesp (2014), mestra em Administração pela UECE (2001) e graduada em Administração pela UECE (1996). Professora adjunta da UECE do curso de Administração e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Administração da UECE. Pesquisa a área de Ciência da Informação, com ênfase em Informação, Tecnologia e Conhecimento, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Gestão da Informação, Inteligência Competitiva Organizacional, Gestão do Conhecimento.

#### **Virginia Bentes Pinto**

Pós-doutora em Filosofia – Tratamento cognitivo da informação – Laboratoire d'Analyse Cognitive de l'Information (Lanci), na Université du Québec à Montréal (2006), doutora em Sciences de l'Information et de la Communication, na Université Stendhal-Grenoble, França (1999), mestra em Ciência da Informação pela UFSC (1985), especialista em Informação, Ciência e Tecnologia pela UFSC (1985) e graduada em Biblioteconomia pela UFC (1979). Pesquisadora de produtividade-PQ-CNPq e líder do Grupo de Pesquisa sobre Representação da Informação da UFC. Estágio pós-doutoral no Instituto de Linguística Aplicada (IULA) da Universidad Pompeu Fabra, Barcelona, e Cátedra Interuniversitária de Derecho y Genoma Humano – Universidad de Deusto-Pais Basco (2013). Professora associada da UFC. Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD/UFC). Membro da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Ceará. Ex-coordenadora do Doutorado Interinstitucional em Ciência da Informação (Unesp-CI-Marília/UFC-DCINF). Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp e UFPA. Áreas de interesse: Tratamento Cognitivo da Informação, Representação Indexal de Textos Verbais e não Verbais (imagens, sons),

Representação do Conhecimento, Tecnologia da Informação, Informação para a Saúde, Documentação Sanitária, Terminologias na Área da Saúde, Gerenciamento Eletrônico de Documentos, Ontologias, Linguagem Natural e Controlada, Epistemologia da Ciência, Metodologia da Pesquisa, Leitura e Biblioterapia, Gestão da Informação e do Conhecimento. Idealizadora do Prolet-CE conjuntamente com a professora Ana Maria Sá. Também idealizou e colocou em prática o projeto Biblioterapia no Estado do Ceará. Tem livros e artigos publicados no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia.